

Política Externa & ELEIÇÕES

Análise da Política Externa dos presidenciais



OPEX
Observatório de Política
Exterior



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

Coordenação:

Prof. Dr. Eduardo Mei

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias

Autores:

Giovanna Ayres Arantes de Paiva

Lívia Peres Milani

(Pós-graduandas em Relações Internacionais, San Tiago Dantas –
Unesp/Unicamp/PUC-SP)

Guilherme Paul Berdu

Jonathan de Araujo de Assis

Kimberly Alves Digolin

Lucas Eduardo Silveira de Souza

(Graduandos em Relações Internacionais, Unesp – Franca)

Também integram o projeto Observatório de Política Exterior (OPEX):

Graduandos em Relações Internacionais (FCHS-UNESP): Adriane Gomes Fernandes de Almeida, Alexandre Luís Campos Carvalho, Aline Meschiatti, Amanda Ferreira, Anderson Loeschner Halama, Bianca Guarnieri de Jesus, Bianca Ribeiro Alves Caetano, Bruce Roberto Scheidl Campos, Bruno Behning Ruffinelli, Caique Fernandes Oliveira, Camila Gomes de Assis, Camila Oliveira Santana, Débora Akemi Agata, Fabio Rocha Gaspar, Giovane Gomes Mendes Parra, Giovanni Sarto, João Alberto dos Santos Junior, Lucas Estanislau de Lima, Luanda Ribeiro Jones, Luiza Elena Januário, Mario Lurago Neto, Patrik Matos Gonçalves, Rúbia Áisa Marcondes da Fonseca, Thiago Eizo Coutinho Maeda, Vitor Garcia de Oliveira Raymundo. O doutorando em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos (Universidade de Coimbra)/ Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales; os mestrados em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis; José Augusto Zague; Raphael Camargo Lima; o graduado em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Henrique Neto Santos.

A poucos dias das eleições presidenciais, observa-se frequentemente a concentração dos debates sobre propostas nas áreas de Educação, Saúde, Habitação, Segurança, entre outras. Entretanto, pouco se aborda sobre um assunto de elevada importância para todos os brasileiros e inegável protagonismo para o futuro chefe de Estado nos próximos anos: a Política Externa (PEX).

Mas quem a conduz? Por que ela é relevante e em que ela se reflete? Primeiramente, é importante apontar um breve conceito de PEX. Em termos gerais,

Cabe à política externa agregar os interesses, os valores e as pretendidas regras de ordenamento global, da integração ou da relação bilateral, isto é, prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva externa, quer seja, regional, quer seja universal.¹

De acordo com a Constituição de 1988, a responsabilidade pela definição da política externa brasileira é do Poder Executivo, enquanto o Ministério das Relações Exteriores (MRE) cumpre o papel de implementá-la. Nesse sentido, as ações de política externa estão sempre vinculadas à política interna e à

¹ CERVO, Amado. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. p. 09.

realidade da sociedade nacional, embora a relação entre ambas não seja mecânica, mas complexa. Ou seja, a PEX faz “parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento econômico, social e institucional do nosso país”.²

Além disso, também é possível caracterizá-la como uma política pública que extrapola as fronteiras territoriais e projetando-se ao exterior tem o mundial como escopo, tendo em vista que também se trata de um caminho para alcançar um projeto de nação estipulado, na medida em que promove a inserção e a propagação da postura do país em um cenário internacional. A exemplo disso, as tratativas no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul) sobre o comércio automotivo entre Brasil e Argentina afetam o preço final de um veículo à venda no país; as negociações diplomáticas brasileiras no processo de nacionalização do gás na Bolívia permitiram que não houvesse uma escalada sem precedentes do conflito; e, mais recentemente, o escândalo da espionagem estadunidense gerou um ambiente propenso para a cooperação

² Ministério das Relações Exteriores - Brasil. **Diálogos sobre Política Externa: Discurso do Ministro Figueiredo na Sessão de Encerramento** (2m40s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JGniFd2AyNM&list=UURglUr6V_SSeKhynBPY--KQ> Acesso em 29 set 2014.

Brasil-Alemanha no tocante à governança global da internet.

No entanto, apesar da ampla dimensão que a política externa brasileira apresenta, o debate sobre a temática ainda é muito marginalizado, especialmente durante o período eleitoral, induzindo à ideia equivocada de que o tema é alheio à realidade social interna. Diante disso, o MRE tem empregado esforços a fim de popularizar o tema. Como assinalado pelo ministro das Relações Exteriores, Luis Alberto Figueiredo Machado, o Itamaraty está comprometido com esse espírito de abertura, transparência e publicidade.

Nesse sentido, representantes do poder público e de distintos segmentos da sociedade civil têm empreendido esforços nas discussões acerca do tema de política externa. Frente a isso, o Itamaraty realizou entre os dias 26 de fevereiro e 2 de abril deste ano os “Diálogos sobre política externa”, a fim de promover debates plurais sobre o direcionamento internacional do Brasil e, assim, oferecer subsídios para a elaboração de um Livro Branco da Política Externa Brasileira (LBPE), cuja prerrogativa é a divulgação dos princípios, prioridades e principais linhas de ação externa do Brasil. Além disso, tal iniciativa propõe o aprimoramento dos canais de interação com o governo e a

sociedade, bem como o fortalecimento da transparência do Itamaraty.

Levando-se em consideração este cenário, o presente artigo tem como objetivo principal analisar as propostas concernentes à política externa brasileira expressas nos programas de governo dos três candidatos mais bem pontuados nas pesquisas de opinião à Presidência nessas eleições de 2014, sendo eles: a candidata à reeleição Dilma Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT); a candidata Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); e o candidato Aécio Neves, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Vale ressaltar que não se trata de considerar a coerência dos programas com as trajetórias dos respectivos partidos e candidatos, tampouco o grau de adequação dos mesmos à realidade, uma vez que estes não estão isentos do marketing político. Portanto, busca-se apenas apresentar as linhas gerais de cada um dos programas com relação à política externa, indicando as semelhanças entre si, bem como as possíveis continuidades ou rupturas com a conduta atual. A ordem de apresentação também foi estabelecida pelo critério de pontuação nas pesquisas de intenção de votos.

Dilma Rousseff

No programa de governo da atual presidente brasileira e candidata à reeleição pelo PT, Dilma Rousseff, a “Política Externa” é abordada de maneira geral e sucinta, dedicando-se pouco mais de uma página, em um total de quarenta e duas, ao tema. Destaca-se que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Rousseff já realizaram mudanças profundas na posição brasileira no âmbito externo e que esse esforço continuará em um possível segundo mandato de Dilma.

A linha base de argumentação é que este seria o momento de alçar o Brasil à condição de país desenvolvido. Para isso, o fortalecimento de uma política macroeconômica sólida e a modernização do parque industrial, através do aumento da produtividade e competitividade, são apontados como caminhos para a inserção do Brasil no cenário internacional.

Segundo o programa, as transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais o continente americano passou nos últimos anos habilitam a região a ser um importante ator no mundo multipolar. Nesse sentido, destaca-se como prioridade da política externa brasileira as relações com a

América do Sul, América Latina e o Caribe, abordadas através do fortalecimento dos mecanismos de integração regional, citando o Mercosul, a União das Nações Sul-americanas (Unasul), e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac). Tal integração seria desenvolvida através do fomento ao comércio e à integração produtiva, com ênfase na integração financeira e na infraestrutura física e energética.

O programa destaca também a importância das relações com a África, com os países asiáticos – destacando a China como um importante parceiro comercial –, o mundo árabe e o grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). No entanto, a despeito da importância atribuída às relações Sul-Sul, as relações com os países desenvolvidos não são desconsideradas. Ressalta-se a relevância estratégica, econômica, política, científica, tecnológica e comercial dos Estados Unidos, além de pontuar a relação com a União Europeia e o Japão.

A imagem do Brasil no cenário internacional também está presente como uma preocupação. Enfatiza-se a postura de defesa da democracia, do princípio de não intervenção e respeito à soberania das nações, luta pela paz e solução negociada dos conflitos,

multilateralismo, defesa dos Direitos Humanos – caracterizada como uma prioridade permanente –, combate à pobreza e às desigualdades, e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o programa defende que a abordagem multilateral conduzirá o Brasil na luta pela reforma dos Organismos Internacionais, em que são citados a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, uma vez que os regimes de governança desses organismos não corresponderiam à atual correlação de forças global.

Outras pautas também são apresentadas pelo plano de governo, como a questão das fronteiras, a Internet e os eventos internacionais. Nesse sentido, o combate às organizações criminosas e as ações de controle de fronteira são abordados pela criação da Academia Nacional de Segurança Pública, que realizaria a formação conjunta de policiais e a integração das instituições de segurança pública. No que diz respeito ao meio ambiente, assume-se o compromisso de combate ao desmatamento, engajamento nas negociações climáticas internacionais e redução de emissões de carbono através da reestruturação produtiva.

A defesa de mecanismos que protejam as formas de comunicação, assegurando a privacidade de cidadãos,

empresas e governo, é refletida na importância atribuída ao Marco Civil da Internet, que seria uma garantia fundamental à liberdade de expressão, ao respeito pelos Direitos Humanos e à privacidade dos usuários.

O programa de Rousseff também destaca que o Brasil está preparado para grandes eventos de mobilização internacional, afirmando que a Copa do Mundo representou uma vitória política de um país que tem vencido a crise econômica internacional. Dessa forma, também é atribuído destaque às Olimpíadas de 2016, em que a atenção do mundo se voltaria ao país novamente.

Encerra-se a parte dedicada à Política Externa afirmando-se que esta “tem sido e continuará sendo mais do que um instrumento de projeção do Brasil no mundo. Trata-se de um elemento fundamental de nosso projeto de nação”.

COMENTÁRIOS

A partir da exposição acima, é possível observar a indicação de continuidade da linha adotada pela candidata em seu primeiro mandato presidencial, com a priorização das relações de cooperação com a América do Sul, América Latina e Caribe, e de reafirmação das diretrizes tradicionais da Política Externa Brasileira: não intervenção, respeito à soberania,

negociação para resolução de conflitos e defesa da democracia e Direitos Humanos.

É válido ressaltar que a abordagem das regiões supracitadas ocorre com ênfase na integração financeira e de infraestrutura física e energética. Tal projeto, sem dúvida, envolve processos de coordenação e concertação política, e nesse sentido, são citadas as iniciativas como Celac, Mercosul e Unasul. Por outro lado, não há qualquer menção a posições conjuntas nos órgãos multilaterais, construção de identidade regional ou fortalecimento da confiança mútua.

Percebe-se que o entendimento de regionalismo afasta-se da concepção comercialista de “Regionalismo Aberto”, a partir da qual a integração seria uma plataforma para a liberalização em âmbito global. No entanto, no programa de Rousseff, a abordagem do regionalismo também não chega a ser essencialmente política. Nota-se, assim, uma posição de continuidade e de valorizar a integração regional, mas sem grande aprofundamento da institucionalidade ou cessão de soberania.

A partir da concepção de integração regional, percebe-se que a ênfase do governo não seria a de abertura comercial, mas sim a de uma percepção de desenvolvimento que

abarcaria o fortalecimento da economia através da modernização do parque industrial, aumentando-se produtividade e competitividade.

O programa pretende deixar claro que não há intenção de ruptura com os países desenvolvidos, buscando explicitar a importância de parcerias estratégicas com os Estados Unidos, União Europeia e Japão. Curiosamente, para estes atores, ademais da relevância econômica, científica e tecnológica, e comercial, é citada a questão política, diferente do que ocorre para América do Sul, América Latina e Caribe.

Segue-se como linha dos últimos doze anos de governo a defesa do multilateralismo, reforma nos órgãos internacionais, e a continuidade das negociações com os novos parceiros na África, Ásia, Oriente Médio e na iniciativa BRICS.

O encerramento da parcela dedicada à PEX também chama atenção, em que o tema é qualificado como “[...] elemento fundamental do nosso projeto de nação”, reacendendo o debate de PEX como política pública.

MarinaSilva

O programa da candidata à presidência pelo PSB, Marina Silva, tece uma análise da conjuntura econômica internacional, levando em consideração uma redefinição dos papéis a serem executados pelo Ocidente – entendido aqui como as potências europeias e estadunidense – e pelos países emergentes, incluindo o Brasil, frente ao restabelecimento da economia global no pós-crise.

A proposta versa sobre a ampliação do comércio brasileiro para além daqueles concebidos intrarregional e bilateralmente, evidenciando a plena compatibilização destes com as negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). A Aliança do Pacífico e as recentes proposições entre os Estados Unidos e a União Europeia para a criação de uma zona de comércio são tidos como dois exemplos a serem perseguidos por uma possível nova política externa.

No que tange ao Mercosul, o programa reprova o imobilismo do bloco e propõe a abertura de negociações com outros blocos e regiões, sendo um deles a Aliança do Pacífico, resgatando assim, o chamado “Regionalismo Aberto”. O ponto mais importante nesse aspecto é o

indicativo de maleabilidade dos acordos do bloco, que sugere o poder do governo brasileiro de abrir mão das negociações em bloco (multilateralmente) para negociar de maneira aberta com outros países (bilateralmente).

Com relação aos recentes acordos que versam sobre a regulamentação da propriedade intelectual e de serviços, o programa defende que o Brasil integre-se cada vez mais às dinâmicas já iniciadas por Estados Unidos, União Europeia, países asiáticos e latino-americanos, traçando um paralelo com o modelo de geração de reservas do BRICS, no qual o país se insere.

Mais especificamente sobre a integração latino-americana, são reconhecidas as iniciativas de uma integração regional que não é pautada apenas por interesses econômicos, mas por um conjunto de similaridades compartilhadas pela América Latina – físicas, culturais, ambientais, entre outras – tendo como símbolo a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) e sua institucionalidade a partir da Unasul. Além disso, defende-se o aprofundamento das parcerias do empresariado brasileiro com a região, voltadas para o provimento da infraestrutura. A garantia da democracia e do princípio de não intervenção nos assuntos internos concede a tônica em matéria de continuidade do projeto

integrador. Portanto, ressalta-se a adoção da diplomacia tradicional, concebida pelos valores do universalismo, do diálogo e da não intervenção em assuntos domésticos.

O programa é assertivo ao reiterar a criação de um novo padrão de relacionamento com o Norte. O mesmo estende-se à União Europeia, na qual perdura o fechamento do acordo com o Mercosul. Já em relação à China, segue a prioridade dada em razão do grande e profícuo relacionamento desse comércio bilateral, porém dando ênfase agora à melhora na pauta exportadora brasileira.

Os BRICS são tidos como essenciais para a construção de uma ordem multipolar, entretanto se reconhece as diferentes realidades dos países membros, com agendas e interesses distintos e divergências em relação às liberdades civis e ao respeito aos direitos humanos. A cooperação com o continente africano é tratada à parte, por ser considerada uma região de grande potencial para o Brasil, com a qual o país pode aprofundar seus processos de cooperação em áreas diversas e onde o empresariado nacional teria oportunidades.

O programa roga por uma reforma na participação do Brasil nas deliberações internacionais. É o caso do FMI, em que se propõe uma atuação do país que esteja mais à altura de sua

economia, e do Conselho de Segurança da ONU, a partir do entendimento que ele não possui uma representação adequada. Além disso, defende-se uma participação brasileira mais pró-ativa em fóruns internacionais sobre o meio ambiente, assumindo sua parcela de responsabilidade pelas mudanças climáticas.

Sobre a área de Defesa, menciona-se apenas que as Forças Armadas, para além de suas funções constitucionais, devem incorporar a tarefa de salvaguardar o meio ambiente, principalmente contra a biopirataria, e o combate ao contrabando e ao tráfico. A pauta chama atenção para o desenvolvimento científico e tecnológico como instrumento de Defesa da soberania nacional, por meio da proteção aos dados cibernéticos do Estado e da sociedade.

Quanto à diplomacia brasileira, o projeto aborda seus âmbitos público e cultural. Esse último aspecto seria uma forma de estabelecer uma política cultural externa, definida juntamente com a sociedade civil e apoiada pela comunidade empresarial de forma a divulgar internacionalmente as artes brasileiras. Defende-se, portanto, uma diplomacia mais próxima à sociedade civil visto que, com a emergência de atores não-estatais e temas com implicações internacionais, os agentes

diplomáticos devem buscar a afirmação dos interesses do país junto aos empresários, jornalistas, acadêmicos, artistas e à opinião pública em geral.

Dessa forma, o projeto de Marina Silva afirma prezar por um maior diálogo do Ministério das Relações Exteriores com outros órgãos do Estado e da sociedade civil, de modo que a partidarização e ideologização não afetem a política externa brasileira. Apesar disso, o projeto ressalta que a política externa é aquela definida pelo presidente da República, executada pelos agentes estatais e amparada pela Constituição.

COMENTÁRIOS

É possível notar, a partir da análise do projeto de Marina Silva, que a presidenciável endossa um tom de continuidade e de renovação em diversos pontos no decorrer das doze páginas que dedica ao tema, em um total de duzentos e quarenta e quatro compostas pelo seu programa. Entretanto, como candidata da oposição, é presumível que uma das táticas adotadas seja a crítica aos padrões da Política Externa atual.

Portanto, é recorrente que as propostas em si cumpram esse papel de dizer o que deveria ser e não é – este, aliás, é um dos fatores que dificultam a compreensão do que são propriamente

promessas de governo e do que são análises de conjuntura. A Política Externa é aqui abordada na grande pauta “Estado e Democracia de Alta Intensidade”, o que demonstra a necessidade de ser compreendida como partícipe do aprofundamento do Estado Democrático de Direito.

A crítica recorrente de seu programa versa sobre a ideologização da PEx. De início, o documento sugere que a mesma é “refém de facções e agrupamentos políticos” e critica a recorrência às chamadas “diplomacias paralelas” nos últimos governos, as quais não refletem “convergências sociais e multipartidárias” e, em última instância, não servem “à promoção dos interesses e valores nacionais”.

Além da defesa da paz, democracia e dos Direitos Humanos, destaca-se como instrumento da PEx a conquista de mercados externos e a defesa do desenvolvimento sustentável. Marina Silva se compromete com uma renovação das parcerias comerciais e no âmbito do Mercosul, embora tais mudanças não sejam claramente citadas. Dessa maneira, seu programa desprivilegia o bloco regional, tecendo críticas quanto à sua operacionalidade e parcerias estratégicas. O novo tom, por sua vez, é endossado por um realinhamento comercial com os Estados Unidos e a União Europeia. É

interessante pontuar que o programa de Marina não destaca o aspecto puramente econômico e comercial da relação com a América do Sul, América Latina e Caribe, mas também salienta as relações culturais, ambientais e físicas da região. Além disso, a inovação em termos de agenda programática consiste na valorização da pauta do desenvolvimento sustentável e um novo olhar sobre o continente africano.

AécioNeves

No plano de governo divulgado por Aécio Neves, as propostas para a Política Externa são apresentadas em um tópico específico, “Relações Exteriores”, dividido em Defesa Nacional e Política Exterior. Com relação à primeira temática, reitera-se a importância dos investimentos na área e argumenta-se que qualquer país que pretende ocupar um “espaço relevante no concerto de Nações”, deve se preocupar com sua Defesa e Segurança. Propõe-se tratar as fronteiras como tema de Segurança Nacional, com especial atenção às amazônicas e à região do pré-sal. Além disso, reitera-se a necessidade de otimizar recursos e modernizar a Defesa Nacional, através do estabelecimento de prioridades políticas.

O documento também faz referência à atualização dos documentos de Defesa, defende a modernização da gestão administrativa das Forças Armadas, a readequação dos currículos de educação militar e afirma a intenção de apoiar a modernização da Indústria de Defesa. Por fim, o projeto faz menção às políticas cooperativas, defendendo a necessidade de coordenação entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa para a construção de medidas de confiança

mútua, de cooperação com as nações amigas, de atualização tecnológica, de participação em organizações internacionais e de apoio às missões de paz da ONU.

Com relação à Política Externa, o documento menciona a implementação de uma “nova política externa [...] [que] terá por objetivo restabelecer o seu tradicional caráter de política de Estado, visando o interesse nacional, de forma coerente com os valores fundamentais da democracia e dos direitos humanos.” Propõe-se a priorização da “abertura de novos mercados e a integração do Brasil às cadeias produtivas globais”, a construção de relações mais próximas com a Ásia e com os Estados Unidos, além da diversificação das relações com os países em desenvolvimento.

Propõe-se ainda uma revisão da forma como a integração regional foi abordada no governo do PT, defendendo-se que esta deve se pautar principalmente na liberalização comercial e que as regras do Mercosul devem ser flexibilizadas, a fim de facilitar a negociações com outros países.

Além do tópico “Relações Exteriores”, é possível notar traços de uma eventual agenda de política exterior em outros segmentos que compõem o plano de governo do candidato. Destacam-se, sobretudo, as seguintes

seções: Cultura; Comércio Exterior; e Sustentabilidade e Meio Ambiente. As três temáticas têm em comum uma delimitação clara e objetiva de ações propostas para o país no âmbito internacional, inclusive evidenciando atores e agendas com os quais o Brasil deve empenhar maiores esforços.

No segmento intitulado “Cultura”, o qual está inserido no tópico “Cidadania”, é defendida a ideia de que o país possui “um capital valioso que o destaca entre os países: sua enorme diversidade cultural”. Por este motivo, o Brasil deve encarar sua riqueza cultural enquanto instrumento de projeção internacional, a fim de fortalecer o seu protagonismo. Nesse sentido, o programa de governo delimita que tal manifestação das singularidades culturais do Brasil deve observar, sobretudo, os países de língua portuguesa, sem deixar de priorizar os países de África e América Latina.

Em relação ao “Comércio Exterior”, componente do tópico “Economia”, o programa expressa que o maior desafio que uma nova política de comércio exterior enfrentará diz respeito a uma crescente integração do país no comércio internacional. O texto sugere que o atual direcionamento das relações comerciais do Brasil não favorece uma maior abertura com outros Estados, defendendo a ideia de que “é imperativo

que nosso país deixe de ser um dos mais fechados do mundo [...]”.

O documento mostra-se a favor da conclusão das negociações, ainda em curso, de um acordo comercial com a União Europeia. Da mesma forma, defende-se uma reavaliação das prioridades estratégicas do Brasil no que tange à China, sob o argumento de que “a emergência desse país trouxe profundas transformações para a economia global [...]”. Por fim, o programa de governo acena com uma intenção de lançar bases para um acordo preferencial com os Estados Unidos, tratado como um mercado tradicionalmente relevante para as exportações de manufaturados brasileiros.

No que tange à temática de “Sustentabilidade”, são apresentadas e defendidas medidas que visam fortalecer o papel de vanguarda do Brasil nos debates sobre meio ambiente. Na esfera internacional, é pautado o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em substituição aos Objetivos do Milênio, além de uma atenção especial à Conferência das Partes 21 da Convenção de Mudança no Clima, a ser realizada em 2015.

Em complemento às ações no contexto internacional, o programa também prevê esforços a serem

direcionados no âmbito regional, sobretudo no que concerne à Amazônia. A exemplo do que foi feito no Ártico, propõe-se o fortalecimento da articulação com os países vizinhos através do Tratado de Cooperação Amazônica, a fim de elaborar um grande estudo sobre os impactos do aquecimento global sobre a Bacia Amazônica. Além do significativo interesse pelo bioma supracitado, o programa defende um posicionamento mais incisivo do país diante de questões que permeiem a temática dos oceanos.

COMENTÁRIOS

A partir da leitura do programa do PSDB, nota-se uma crítica à Política Exterior levada a cabo atualmente, ficando implícito que a mesma teria se afastado da busca do “interesse nacional” e teria sido pautada pela ideologia na aproximação com a América do Sul. No entanto, ao serem expostas as linhas de política exterior, percebe-se que o que se propõe não seria pragmático ou livre de ideologia, mas pautado em uma concepção liberal, que defende a ideia de livre-comércio. Assim, o programa sugere uma revisão da política de cooperação regional, com maior valorização dos aspectos comerciais, em detrimento da cooperação mais ampla e política representada pela Unasul. Já em relação

ao Mercosul, há na prática o reexame da concepção do bloco como uma União Aduaneira. Nesse sentido, pode-se argumentar que as propostas de Aécio Neves visam à priorização do comércio e assinatura de acordos neste âmbito.

No que se refere à cooperação em Defesa é interessante notar que não se faz menção a nenhum país ou região em específico. Tendo em vista que a cooperação em Defesa na América do Sul tem sido valorizada pelo Brasil e que o tema do Conselho Sul-americano de Defesa está presente tanto na Estratégia Nacional de Defesa, quanto no Livro Branco de Defesa Nacional, a omissão à cooperação com a região pode significar a intenção de atribuir menor importância a este aspecto.

Percebe-se, portanto, que a proposta do candidato do PSDB significaria a adoção de uma Política Externa mais voltada para a relação com os países desenvolvidos, e uma menor atenção com a América do Sul ou com a cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, observa-se que se propõe uma maior valorização das relações com a Europa e com os Estados Unidos, principalmente no âmbito comercial, mas também com a China, que é vista como um polo ascendente de poder e como um importante mercado em crescimento.

Considerações finais

Através do que é apresentado nos três programas de governo, nota-se que há diferenças significativas entre as estratégias de inserção internacional apresentadas pelos partidos de oposição e o governo. Aécio Neves e Marina Silva criticam a Política Externa atual, entendendo a mesma como ideológica e defendendo o retorno a uma pretensa “Política de Estado”. No entanto, o que é apresentado como “pragmatismo” refere-se à priorização do livre-comércio e das relações comerciais com os países desenvolvidos. Nesse sentido, é atribuída prioridade à assinatura de acordos de livre-comércio com a União Europeia e os Estados Unidos. No caso de Dilma Rousseff, a ênfase na cooperação Sul-Sul é combinada com o reconhecimento da importância econômica, política, científica e tecnológica de EUA, UE e também do Japão, e defende-se que a relação com estes países também será importante.

Há também um questionamento em relação à integração, sendo que Aécio e Marina argumentam que o Mercosul está estagnado e que se deveria privilegiar a desagravação tarifária, flexibilizar e liberalizar o bloco para que se facilite a assinatura de

acordos de livre-comércio com outros países. É necessário fazer a ressalva que Marina reconhece a Unasul como relevante ao país e à região sul-americana e, ao mesmo tempo, defende a maior abertura do Brasil à Aliança do Pacífico. Dilma, por sua vez, apresenta América do Sul, América Latina e Caribe, abordados através de Mercosul, Unasul e Celac, como prioridade, e enfoca a integração produtiva através dos organismos com vistas ao fortalecimento da política macroeconômica, modernização do parque industrial, maior produtividade e competitividade.

Assim, percebe-se que Aécio e Marina priorizam, de forma geral, as relações com os países desenvolvidos, enquanto Dilma confere ênfase à cooperação com o Sul. No entanto, tal postura não significaria o abandono da política de cooperação Sul-Sul por parte do PSB e PSDB, apenas uma menor ênfase à mesma. Tampouco significa o abandono das relações com Estados Unidos e Europa por parte do PT. Os três candidatos abordam as relações com África, Ásia e China, porém, sob diferentes perspectivas. Aécio e Marina reconhecem o aumento crescente das relações com a China e a necessidade

de que se atribua importância às relações comerciais com o país, defendendo a maior proximidade e a intensificação das exportações, respectivamente. Dilma aponta brevemente a importância do continente asiático, e destaca a China como relevante parceiro comercial.

Ainda sobre a cooperação Sul-Sul, Aécio e Marina ressaltam a relação com os países africanos, principalmente os da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Enquanto Aécio enfatiza mais o aspecto cultural dessa parceria, Marina confere relevância às oportunidades de negócios aos empresários brasileiros, às possíveis cooperações em educação, ciência, tecnologia e inovação, dando continuidade, de certa forma, à aproximação em relação à África. Já Dilma cita o continente apenas em linhas gerais.

O BRICS está presente apenas nos programas de Dilma e Marina. A candidata à reeleição aponta a importância do *bloco* ao país, enquanto Marina, mesmo reconhecendo o organismo como fundamental à ordem multipolar, questiona a possibilidade de atuação articulada, devido a interesses e perspectivas divergentes entre os países.

De forma geral, os três candidatos valorizam princípios básicos previstos no art. 4º da Constituição brasileira, que traça as linhas gerais da política externa

como o respeito aos Direitos Humanos e a não intervenção. Dilma enfatiza os Direitos Humanos, citando o respeito pela liberdade de expressão e medidas sociais como o combate à pobreza e às desigualdades. Os candidatos destacam também a defesa da democracia. Rousseff acrescenta a importância do diálogo nas negociações, do respeito à soberania e do multilateralismo. Marina cita a importância do diálogo nas negociações.

Soma-se a esses já tradicionais preceitos a inclusão da pauta do meio ambiente por parte dos três candidatos, com mais ênfase nos programas de Marina Silva, que ressalta o desenvolvimento sustentável, e Aécio Neves, que ainda cita a defesa da Amazônia, dos oceanos e advoga uma postura de vanguarda do Brasil na temática. Dilma, por sua vez, enfatiza a redução de emissões, a reestruturação produtiva e o engajamento nas negociações internacionais.

Apesar de os três presidenciais possuírem princípios em comum há um tema que é tratado de diferentes formas em cada um dos programas de governo: a Defesa. Esse aspecto faz-se presente na área de Segurança Internacional e, como um dos eixos da Política Externa, a Defesa constitui mais um componente que articula a forma pela qual o Brasil se relaciona com outros países.

Aécio é quem mais dá ênfase ao tema, abordando questões internas às Forças Armadas – como a reformulação da educação militar e administração –, a salvaguarda das fronteiras e a necessidade de modernização da indústria de Defesa, que demanda mais investimentos. É interessante destacar que o candidato sugere uma maior interação entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores. O programa de Dilma não cita diretamente o assunto. É apenas feita uma menção à segurança pública, por meio da criação da Academia Nacional de Segurança Pública que, além de combater o crime, seria responsável pelas questões de fronteira. Já Marina faz referência à Defesa em linhas gerais, reforçando o papel das Forças Armadas em relação ao combate ao contrabando, tráfico, biopirataria, proteção do meio ambiente e dos dados cibernéticos do Estado e dos cidadãos.

Vale destacar que Dilma também se refere à proteção dos dados do Estado e dos cidadãos, ao mencionar a continuidade de implementação do Marco Civil da Internet, como garantia à liberdade de expressão, o respeito aos direitos humanos e à privacidade.

No que diz respeito a presença do Brasil nos organismos internacionais, o candidato Aécio apenas reafirma a necessidade da participação brasileira,

destacando as missões de paz da ONU. As candidatas Dilma e Marina concordam sobre necessidade de reforma dos organismos multilaterais, por não corresponderem à atual correlação de forças do sistema internacional. Rousseff destaca a necessidade de reformas, implicando na maior participação brasileira e demais Estados no Banco Mundial, no FMI e na ONU. Marina aponta a necessidade de maior participação do Brasil no FMI na ONU.

Um ponto em comum abordado por Aécio e Marina, é a cultura, enfatizada pelos candidatos como uma forma de criar uma imagem do país no exterior. Dilma não aborda diretamente a temática, preferindo destacar a realização dos eventos internacionais como um momento de destaque do país no mundo.

Dilma conclui seu programa enfatizando o tema como elemento fundamental ao projeto de nação. Marina defende uma maior abertura do Ministério das Relações Exteriores a outros órgãos do Estado e à sociedade civil, para que a Política Externa não seja alterada por partidos e ideologia, embora afirme em outro trecho que esta deve ser definida pelo presidente; Aécio, por seu turno, destaca a necessidade de uma nova política externa, restabelecida como política de Estado.



Resumo temático das propostas

Eixos temáticos	Dilma	Marina	Aécio
Mercosul e Unasul	Prioridades no âmbito da América do Sul. Fortalecer os blocos através do comércio e da integração produtiva.	Crítica ao imobilismo do Mercosul. Propõe maior abertura com outros blocos. Unasul enquanto instituição competente para desenvolver a integração regional.	Propõe uma revisão da orientação da integração regional, defendendo a promoção da liberalização comercial e a flexibilização das regras do Mercosul.
América do Sul	Possui papel de destaque na agenda internacional. O programa também ressalta a importância de América Latina e Caribe.	Integração não apenas pela economia, mas pelas similaridades (físicas, culturais, etc.).	
EUA e UE	Ressalta a relevância estratégica, econômica, política, científica, tecnológica e comercial dos Estados Unidos. Não desconsidera as relações com o Norte.	A Aliança do Pacífico e as proposições entre os Estados Unidos e a União Europeia para a criação de uma zona de comércio são tidos como dois exemplos a serem perseguidos por uma possível nova política externa.	Defende a negociação do acordo comercial com a UE. Propõe lançar bases para um acordo preferencial de comércio com os EUA.
África e Ásia	O programa destaca a importância das relações com a África e com os países asiáticos – destacando a China como um importante parceiro comercial.	O continente africano é visto como uma região de grande potencial para o Brasil. Já em relação à Ásia, é destacado o papel da China – em razão do grande e profícuo relacionamento do comércio bilateral com o Brasil.	Propõe o estreitamento cultural com os países africanos, além de defender a construção de relações mais próximas com a Ásia.

<p>Organizações Internacionais</p>	<p>Defende que a abordagem multilateral conduzirá o Brasil na luta pela reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.</p>	<p>Defende a reforma do FMI, e do Conselho de Segurança da ONU. Propõe maior presença do Brasil em fóruns sobre meio ambiente.</p>	<p>Propõe ampliar e dinamizar a ação diplomática do país nos temas globais, tais como mudança de clima, direitos humanos, guerra cibernética, e reforma do Conselho de Segurança.</p>
<p>Defesa</p>	<p>Não é citado diretamente.</p>	<p>Forças Armadas devem salvaguardar o meio ambiente, combatendo o contrabando e o tráfico. Desenvolvimento científico e tecnológico para proteção aos dados cibernéticos do Estado e da sociedade.</p>	<p>Possui um tópico específico. Reitera-se a importância dos investimentos na área e argumenta-se que qualquer país que pretende ocupar um “espaço relevante no concerto de Nações”, deve se preocupar com sua Defesa e Segurança.</p>
<p>Meio Ambiente</p>	<p>Assume-se o compromisso de combate ao desmatamento, engajamento nas negociações climáticas internacionais e redução de emissões de carbono através da reestruturação produtiva.</p>	<p>Defende uma participação brasileira mais atuante em fóruns internacionais sobre o meio-ambiente, assumindo sua parcela de responsabilidade pelas mudanças climáticas.</p>	<p>O programa defende um posicionamento mais incisivo do país diante de questões que permeiem a temática dos oceanos.</p>
<p>BRICS</p>	<p>O programa destaca a importância de manutenção das relações com os países do BRICS.</p>	<p>O BRICS é tido como essenciais para a construção de uma ordem multipolar.</p>	<p>Não é citado.</p>